

EXPERIMENTAÇÃO EM ATER: A ELABORAÇÃO DO PDA - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO LUIZ BELTRAME, EM GÁLIA-SP.

Caio Scarparo¹
Sidnei Luiz Niederle²

RESUMO

O artigo descreve e discute o processo de elaboração de um plano de desenvolvimento de assentamento (PDA), realizado no Projeto de Assentamento (P.A.) Luiz Beltrame, em Gália – SP. Para a consolidação de uma nova comunidade, representada por um assentamento que compõe o Programa de Reforma Agrária do Governo Brasileiro o planejamento é fundamental. Esta pode parecer uma afirmação óbvia, não fosse o fato de que nem sempre é possível a realização de um amplo planejamento, visando o desenvolvimento socioeconômico da nova comunidade, dado o processo político e a conjuntura adversa que comumente permeia a constituição de um assentamento. Da ausência do planejamento advém riscos importantes à implantação da infraestrutura básica para garantir condições de habitabilidade das famílias; à aplicação correta dos créditos acessados pelos assentados, neste caso destaque-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que embora se trate de uma política de créditos subsidiados, representa um compromisso financeiro, com endividamento; e riscos ao processo de organização interna do assentamento. Na elaboração do PDA do P.A. Luiz Beltrame foram adotadas metodologias participativas e criados espaços para a participação ativa das famílias. O resultado foi um documento de característica operacional, com a capacidade de orientar a ação pública na área e organizar pautas dos beneficiários assentados. Conclui-se que o planejamento apoiado em metodologias participativas resulta em propostas e em um plano de ação mais assertivos e diretamente ligado aos anseios do público interessado. Além disso, o papel do técnico de ATER não foi impositivo, mas assumiu uma característica participante e mediadora de um processo coletivo de pensar o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; assentamento; participação; ATER.

¹ IBS. Zootecnista com Especialização em Produção de Leite Agroecológico pela UFFS. caiovinciuszoo@gmail.com

² IBS. Economista, com mestrado em Geografia pela UFSC. sidneiniederle@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A ideia que permeia este artigo é de que para uma nova comunidade ou empreendimento social, neste caso um assentamento que compõe o Programa de Reforma Agrária do Governo Brasileiro, o planejamento é fundamental. Esta afirmação pode parecer óbvia, não fosse o fato de que nem sempre é possível a realização de um amplo planejamento, visando o desenvolvimento socioeconômico da nova comunidade. Os desafios são inúmeros e guardam relação com a própria complexidade da realidade social deste público e do processo de criação do assentamento, o que no planejamento obriga à análise de um amplo número de variáveis sociais, econômicas e ambientais. O processo político e a conjuntura adversa que comumente permeia a constituição ou criação de um assentamento obrigam reflexões menos disciplinares e de característica mais integradora.

Da ausência do planejamento advém riscos importantes à implantação da infraestrutura básica no assentamento, para garantir condições de habitabilidade das famílias e a garantia de qualidade de vida; riscos à aplicação correta dos créditos acessados pelos assentados, neste caso destaque-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que embora se trate de uma política de créditos subsidiados, representa um compromisso financeiro, com endividamento bancário; e riscos ao processo de organização interna do assentamento, pois embora os lotes sejam parcelados e distribuídos às famílias, portanto a posse de cada unidade é da família (ou indivíduo), há um conjunto de elementos que exigem a gestão coletiva, desde áreas de uso comum até o acesso a políticas públicas, muitas delas somente acessíveis via organizações coletivas.

O objetivo deste artigo é descrever o processo de elaboração de um plano em especial, o Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA, do Projeto de Assentamento Luiz Beltrame, localizado no município de Gália, São Paulo. A responsabilidade pela elaboração do plano foi do Instituto Biosistêmico – IBS, em contrato firmado junto ao INCRA em sua Superintendência regional de São Paulo (INCRA SR08). Para dar conta deste objetivo, o artigo está dividido em seis partes, incluídas esta introdução e as conclusões. Inicialmente é apresentada a metodologia de elaboração do plano e procedimentos adotados pela equipe, a forma de organização da equipe e a estrutura disponível. Em seção específica são apresentados resultados do diagnóstico realizado na área e seu entorno. O aprofundamento do diagnóstico se dá pela aplicação de uma metodologia participativa denominada Diagnóstico Rural/Rápido Participativo, cujo resultado também compõe uma seção deste trabalho. A última seção apresenta o plano de ação resultante, focando principalmente nas diretrizes orientadoras dos programas e ações propostas para o processo de desenvolvimento da comunidade.

2. PROCEDIMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PDA NO PA LUIZ BELTRAME

Vai boi, vai boiada
Andando passo a passo
Pois a carga é pesada
(Luiz Beltrame de Castro)

O que se buscou na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Luiz Beltrame foi antes de mais nada indicar caminhos para a superação das principais dificuldades enfrentadas pela comunidade, sempre de forma cooperativa e colaborativa. Conforme afirma Sennett (2012), a cooperação pode ser definida como um intercâmbio em que os participantes obtêm benefícios do encontro. De modo geral, porém, como assevera o autor, é comum um tipo de cooperação, na contemporaneidade, que significa algo como “nós contra vocês”, portanto uma forma de cooperação degradante, tribal, e pautada em competição com “grupos rivais”. O ideal seria a busca por uma forma diferente de cooperação, que consiga reunir pessoas ou organizações com interesses distintos ou até em conflito, o que demandará habilidades dialógicas (SENNETT, 2012). Estas habilidades, de conviver com o diferente, tendem a representar vantagens importantes no processo de construção de conhecimentos nos grupos e organizações, facilitando o acesso a oportunidades socioeconômicas diversas.

Como apregado por Sen (2010), a eliminação sistemática de privações e o livre acesso às mais diversas oportunidades estão na base de um sólido processo de desenvolvimento socioeconômico de um povo. Isto implica no livre acesso ao mercado e a serviços públicos de saúde, educação, mobilidade, bem como condições igualitárias de acesso a bens e serviços a mulheres, jovens, idosos e às mais diversas “minorias” sociais. Neste sentido, o fortalecimento de um processo de cooperação incluyente, que privilegie a construção de redes e relações de benefício mútuo se apresenta como ferramenta para enfrentar desafios e barreiras as mais diversas impostas aos agricultores familiares.

Apoiada nesta perspectiva, esta seção descreve os procedimentos adotados pela equipe de extensionistas responsável pela elaboração do plano de desenvolvimento. Cabe antecipar que a equipe foi selecionada dentro do quadro de profissionais do IBS e que o Instituto já atendia aos assentados do P.A. Luiz Beltrame desde 2012, com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. Este serviço está universalizado em assentamentos do Estado de São Paulo. Para os que estão sob responsabilidade do Governo Federal, o INCRA contrata empresas executoras de serviços de ATER, que atualmente atendem a grupos de assentamentos divididos em 5 regiões do estado. Cada região compreende a um Lote e conta com estrutura e equipe técnica multidisciplinar, em consonância com o que é determinado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

O P.A Luiz Beltrame é um dos 18 Projetos de Assentamento que compõem o lote 03, estes distribuídos por 10 municípios da região de Promissão, município que empresta o nome ao lote nos documentos do INCRA e abrigando o escritório central do núcleo operacional de ATER. O tipo de serviço executado e a estrutura é determinado pelo órgão no instrumento de contratação, a Chamada Pública INCRA/SR08 Nº 01/2011. Nesta concorrência pública, as empresas selecionadas foram as seguintes: a)

lote 01, Pontal do Paranapanema: Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; b) lote 02, Andradina: Cooperativa de Trabalho de Assessoria Técnica e Extensão Rural – COATER e; c) lotes 03 Promissão, 04 Araraquara e 05 São Paulo: Instituto Biosistêmico – IBS.

2.1. Procedimentos, a equipe e a trajetória percorrida

Seguindo os pressupostos da PNATER, de reunir equipes multidisciplinares para executar atividades de ATER, a equipe responsável pela elaboração do PDA foi selecionada no quadro de extensionistas do IBS, portanto formada por profissionais com experiência em ATER, mesmo que variável, e conhecedora da realidade dos assentamentos rurais. A composição da equipe se deu da seguinte forma: um coordenador, Economista com experiência em ATER na região do assentamento; outros dois extensionistas com curso superior, sendo um Zootecnista e uma Engenheira Florestal e; dois técnicos em agropecuária.

O trabalho foi iniciado com uma reunião de planejamento da equipe no escritório do Núcleo Operacional de ATER em Promissão. A partir do estudo do que se esperava com o PDA, da normativa do INCRA que orienta a elaboração do plano (MDA/INCRA, 2008) e de uma revisão dos documentos disponíveis sobre o assentamento, foi marcada a primeira agenda com as famílias assentadas.

A elaboração do PDA compreendeu os seguintes passos e atividades: 1 - sensibilização, com a realização de uma assembleia no assentamento; 2 - diagnóstico, com a utilização de diagnóstico individual aplicado às famílias e de um Diagnóstico Rápido Participativo com metodologia aplicada nos cinco grupos que compõe a comunidade; 3 - entrevistas com questionário qualificado aplicado à uma amostra de assentados; 4 - análise de documentos do INCRA sobre o assentamento (laudos, mapas); 5 - realização de análise de solos e levantamento fotográfico da infraestrutura e áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente; 6 - levantamento de dados secundários sobre a área de influência do P.A.; 7 - reuniões com órgãos públicos locais e; sistematização das informações e elaboração dos textos e mapas.

Quando da definição pela elaboração do Plano, a equipe local estabeleceu contato com a coordenação do assentamento, que por sua vez contribuiu para a realização de uma assembleia para que fosse possível apresentar à toda a comunidade a proposta de elaboração do plano, seus objetivos e passos necessários para a sua elaboração. A assembleia ocorreu no dia primeiro de dezembro de 2015, no próprio assentamento. Uma ata foi lavrada e assinaturas coletadas. Na referida assembleia, foi inicialmente apresentada, pela equipe do IBS, a proposta de realização do PDA e sanadas dúvidas dos assentados. Em seguida, já com a aceitação por parte da comunidade em realizar o processo de planejamento, foi apresentada a equipe e discutidos procedimentos metodológicos a serem adotados para a obtenção de informações que formariam o diagnóstico.

A coleta de dados primários foi iniciada imediatamente, com a aplicação de questionários individuais às famílias, a realização de entrevistas, orientadas por um questionário aberto (este aplicado a uma amostra de assentados escolhidos aleatoriamente) e com a aplicação de uma metodologia participativa denominada Diagnóstico Rural/Rápido Participativo - DRP. Para o caso da aplicação dos questionários individuais, estes já vinham sendo aplicados pela equipe local e a equipe do PDA se somou na atividade de aplicação dos referidos questionários.

O DRP permitiu que as famílias expressassem seus anseios quanto ao futuro do assentamento e fossem dimensionadas as fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças ao desenvolvimento do assentamento, segundo a visão dos próprios assentados. O DRP foi aplicado nos 5 grupos que compõem a estrutura interna de organização do P.A Luiz Beltrame.

Outra forma de coleta de informação primária foi o registro fotográfico da paisagem, das estruturas existentes e o registro descritivo da situação destas estruturas. O registro fotográfico também permitiu ilustrar a situação das áreas de Reserva Legal – RL e Área de Preservação Permanente - APP do assentamento.

Por fim, para a compreensão da estrutura dos solos do assentamento, foram coletadas 14 amostras de solo, posteriormente analisadas em laboratório. A definição da quantidade de pontos de coleta respeitou os seguintes critérios principais: vegetação característica, uso atual do solo, declividade, sinais de degradação e distribuição espacial na área do assentamento.

Além da coleta de dados dentro da área do assentamento, a equipe responsável pela elaboração do PDA articulou reuniões com atores externos ao assentamento. A primeira reunião ocorreu ainda no dia primeiro de dezembro com o Gerente da Unidade de Conservação de Caetetus, Unidade de Conservação Integral, que faz limite com a área do assentamento e está localizada no território dos municípios de Gália e Alvilândia. No dia dez de dezembro de 2015, a equipe de ATER e representantes do assentamento foram recebidos pelo Prefeito Municipal de Gália e secretários municipais de diversas secretarias para compreender melhor a visão da municipalidade em relação ao assentamento e as políticas públicas que alcançam as famílias assentadas.

Em ambos os casos, foi apresentada a proposta de elaboração do PDA, manifestado o interesse de que a Prefeitura e os gestores da Unidade de Conservação sejam parceiros na construção de soluções para o assentamento e implementação das mesmas. Outras informações com atores externos foram coletadas, como é o caso de visita realizada ao escritório regional da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI e o acompanhamento de atividades de pesquisa da UNESP, Campus de Marília no P.A. Luiz Beltrame.

3. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO A PARTIR DO DIAGNÓSTICO.

Eu sou baiano de nascença
De criação sou daqui!
(Luiz Beltrame de Castro)

Luiz Beltrame de Castro nasceu na Bahia, em 1908. Em sua árvore genealógica é possível comprovar seu parentesco com o ilustre escritor, também baiano, Castro Alves. Ele mesmo conta que foi alfabetizado pelo pai, aos 13 anos. Desde cedo trabalhou na lida do campo e sua família não tinha terra. As crises regionais expulsavam gente que migrava em busca de oportunidades. A saga do campesinato brasileiro tem no

Seu Luiz, como é chamado em Promissão, onde foi também assentado e em Coroados, onde mora atualmente, a história viva.

Foi Sem Terra de fato por muito tempo. Ficou sabendo que a Fazenda Reunidas, em Promissão-SP, seria dividida para o povo Sem Terra e resolveu entrar em mais esta luta. Acampou. Ficou sozinho num ranchinho que ele mesmo construiu, para “segurar a terra” como diz. Foi assentado e um dos filhos veio morar com ele. Mas aí se deu conta de que apenas a terra não basta. A dignidade, a cidadania requer mais e saiu em marcha para conquistar o que ainda lhe faltava. E não parou mais de marchar!

Tornou-se símbolo da resistência dos trabalhadores rurais sem terra que marcharam em 1997 para Brasília sob a bandeira do MST (Movimento Sem Terra). Quando completou 100 anos, em 2008, reuniu os companheiros de caminhada e a família de incontáveis netos, bisnetos, tataranetos em grande festa em Coroados.

Mas aí, em um município não muito distante de onde vive, Gália, pessoas de trajetórias que se confundem com muitas passagens da história deste homem que agora anda de bengala, no alto dos seus 107 anos, se reuniram para lutar por um pedaço de terra. Conquistaram a área que é hoje o P.A Luiz Beltrame sob a bandeira do movimento social organizado e plantaram, desde o começo, expectativas de futuro, na nova terra.

São pessoas de diferentes regiões, grande parte delas residiam na cidade e que sonhava em voltar para o campo. A ocupação iniciou-se em abril de 2009 e durou até outubro de 2012. A área ocupada era a antiga fazenda Portal do Paraíso, bastante conhecida na região de Gália e Ubirajara, SP. A fazenda foi desapropriada para fins de reforma agrária devido a um crime ambiental cometido pelo seu proprietário.

O acampamento que resultou no PA Luiz Beltrame registrava a presença de pessoas que já eram acampadas de bem antes, ainda em 2000, e como relatam os assentados, nessa época não era fácil. Os participantes residiam em barracos de lona, sem condição nenhuma de moradia, não tinha água, energia, saneamento básico. Trabalhavam em atividades temporárias e não raro precárias para seu sustento e de suas famílias. Ficaram nessa vida por alguns anos. Relatam que eram muito unidos, “uma grande família”, sempre que precisavam uns dos outros, ninguém negava. Foram se passando os anos e nada de cortar a terra e homologar.

Vendo isso, e tendo que trabalhar fora para sustentar a família, muitos desistiram e retornaram à cidade. Foram ficando os que tinham mais vínculo com a terra. Foi em 2013 que aconteceu a homologação do Assentamento, e era necessário tomar uma decisão importante: qual será o nome do assentamento? Decidiram, coletivamente, homenagear, ainda em vida, o Seu Luiz. Já eram conhecedores da sua trajetória e boa parte dos então acampados conheciam o Poeta pessoalmente.

Não tem moradia nos lotes até hoje. Parte das famílias reside nas casas que ficaram da antiga fazenda, estruturas das áreas coletivas do assentamento. A disponibilidade de água é precária. A rede de distribuição de energia está sendo instalada, depois de muito demandada pelas famílias. Saneamento básico não existe, sendo a fossa negra o sistema mais comum.

O acesso aos recursos de instalação precisa avançar. O acesso aos créditos do Pronaf A e Mais alimentos ainda não é possível. Além disso, qualquer possibilidade de crédito é limitada, já que as instituições financeiras exigem garantia real (capital) de famílias sabidamente descapitalizadas! O lote é concessão de uso, há raros casos de famílias com alguma garantia de capital para oferecer. Como pergunta um assentado: “o que iremos fazer se nem avalista não aceitam? Estamos de mãos atadas”.

O assentamento já é atendido com serviços de ATER. Recebem Assistência do Instituto Biosistêmico, que além de acompanhar todo o processo de regularização

documental das famílias, desenvolve orientação técnica na produção e na comercialização, além de contribuir na elaboração de projetos diversos.

3.1. Condições Físicas, Edafoclimáticas e uso do solo

A área do assentamento apresenta diversas variações de relevo, com declividade que varia de 3 a 8% em 59,30% dos 1,2 mil hectares do assentamento, 31,3% da área apresenta declividade de 8 a 13%, 3,93% da área com 13 a 20% de declividade, enquanto outros 5,45% da área varia de 0 a 3%. Estas características indicam que a maior parte da área pode ser usada para a agricultura e atividades afins, apenas consideradas práticas de conservação dos solos, caso de terraceamento e manutenção de cobertura vegetal a fim de evitar erosão.

Nas análises de solo realizadas, embora se trate de área com condições variadas, a característica geral é que apresenta teores baixos de vários nutrientes (Ca, Mg, K, P, B e Zn), acidez excessiva e toxidez. Uma amostra tomada como exemplo indica apenas 0,005 g/kg de matéria orgânica. Neste sentido, o manejo adequado dos restos culturais, a adubação verde, a utilização de plantas de cobertura e a rotação de culturas deve merecer especial atenção nesta área, para permitir a reestruturação dos solos, permitir a retenção de umidade, dentre outros benefícios.

A reserva legal já averbada está abaixo do exigido pela legislação, considerada a totalidade da área do assentamento. Ocorre que o assentamento foi formado por duas áreas distintas e uma delas ainda não havia averbado a reserva legal. Para se alcançar os 20% do total da área em Reserva Legal, faltam averbar 80 hectares. Há, porém, pelo menos 133 hectares de mata excedente no assentamento, o que permite atender à legislação com folga.

As áreas de mata distribuídas pelo assentamento somam 14 no total e se encontram em diferentes estágios de regeneração. A maior parte apresenta estágio avançado de regeneração, enquanto as demais são classificadas como de estágio médio. Isto indica uma situação bastante positiva em termos de preservação das áreas naturais do assentamento.

Ao que parece o maior esforço de recomposição de vegetação caberá às áreas de Preservação Permanente, que de seu total de 92 hectares precisarão ser recompostas em 76 hectares, consideradas degradadas. A condição ambiental do assentamento é emblemática pela condição de vizinhança com a Estação Ecológica de Caetetus, e qualquer iniciativa de planejamento do processo de desenvolvimento da comunidade terá que considerar os aspectos ambientais como preponderantes. A regeneração das áreas degradadas deve ser feita e o cuidado com as áreas em processo de regeneração deve ser dobrado para garantir o respeito à temática ambiental na área.

Tabela 1: Área e forma de ocupação no PA Luiz Beltrame

ÁREA E FORMA DE OCUPAÇÃO	ÁREA (ha)
Pastagens e outras	419,89
Culturas anuais	270,38
Culturas permanentes	32,25
Floresta	5,1
Horticultura	13,05
Total para os lotes	740,67
Estradas	26,83
Uso comum	13,84
Total	40,67
Reserva Legal averbada	174,4683
RL a restaurar	70,6577
Mata excedente	133,4928
RL que falta averbar	80,1684
APP	92,70,34
APP Degradada	76,4137
ÁREA TOTAL DO P.A	1.273,1835

Fonte: Diagnóstico, 2015.

3.2. Relação de vizinhança com a Estação Ecológica dos Caetetus

Na elaboração do Plano, um aspecto recebeu atenção especial. Foi à importância da temática ambiental, em um assentamento localizado em área limítrofe a uma Estação Ecológica – a Estação Ecológica dos Caetetus, Unidade de Conservação Integral localizada no território dos municípios de Gália e Alvilândia. Este contexto impõe considerar possíveis restrições ambientais no desenvolvimento das atividades produtivas, mas também coloca para as famílias assentadas no Projeto de Assentamento Luiz Beltrame, oportunidades ímpares para a construção de propostas inovadoras e avançadas de desenvolvimento com respeito ao meio ambiente.

No sentido de compreender sobre a imagem que o assentamento representa para o órgão gestor da estação ecológica – A Fundação Floresta, foi realizada uma reunião no sentido de esclarecer sobre o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Luiz Beltrame (PDA), demonstrar o interesse da comunidade em conhecer o plano de manejo da estação e as possibilidades das famílias em contribuir à preservação e manutenção da flora e fauna silvestre – atrelado a um processo formativo e informativo de educação ambiental.

Dessa forma, foram citadas algumas problemáticas da implementação do assentamento: 1) A prefeitura de Ubirajara em conjunto com a antiga gestão da Unidade de Preservação (Fundação Floresta), elaborou um parecer técnico desfavorável à criação do assentamento, parecer que foi encaminhado à CETESB sob a justificativa de que a ocupação humana, ou seja, 77 famílias em área de zona de amortecimento geraria passivo ambiental; 2) A questão dos animais exóticos e domésticos, tais como gado bovino, gatos e cachorros, podendo acarretar sérios prejuízos ambientais por disseminação de doenças às espécies silvestres, como antraz, brucelose, febre amarela, febre aftosa, botulismo e cólera das aves.

Da mesma maneira, a reflexão realizada com as famílias acerca da proximidade e a relação da estação ecológica com o assentamento foram apontadas alguns problemas

principais: 1) A inviabilidade de alguns cultivos, como milho e mandioca, em determinadas áreas do assentamento, pela predação de catetos, queixadas e antas; 2) A predação de animais domésticos por animais silvestres, resultando em conflitos entre criadores e predadores e; 3) O medo de ataques de animais predadores em seres humanos.

Entender esse contexto se torna importante para orientar ações para a mitigação de danos e a manutenção de atividades sustentáveis na área. O entorno da Unidade de Conservação é totalmente utilizado para atividades agrícolas e pecuárias, não se justificando, portanto, queixas exclusivas ao assentamento quanto ao uso econômico da área. As preocupações relacionadas ao adensamento populacional do entorno por mais pertinentes que sejam, exigem tratamento dialogado e não de conflito. Na fase do diagnóstico, em reunião junto aos gestores da estação ecológica foi possível ouvir as preocupações e delinear possíveis alternativas para mitigar danos. Com as famílias assentadas, ficou evidente que ações de educação ambiental serão bem recebidas e se mostram como a melhor maneira para melhor compreender essas situações, e saber das medidas alternativas que podem ser tomadas para minimizar os problemas.

3.3. Caracterização social

A população apurada no assentamento em dezembro de 2015 era de 179 pessoas. Ela está distribuída da seguinte forma, quanto à condição etária: os jovens representam cerca de 21,5% do total. Em seguida quase 19% da população do assentamento se encontram na faixa etária de 41 a 50 anos. Em terceiro, aparecem pessoas na faixa etária entre 31 e 40 anos com 15,7% de representatividade sobre o total. Pessoas idosas com mais de 60 anos apresentam 12,2% do total.

A análise da realidade nesse contexto, com a presença importante de jovens no assentamento, aparenta um potencial de mão-de-obra e de desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas como estratégias de viabilizar sua transição segura para a vida adulta – mantendo ou não um vínculo produtivo com a terra e a agricultura familiar.

Atividades potenciais como turismo rural, artesanato, pedreiro, pintor, padaria caseira, horticultura, bovinocultura mista (leite/carne), colheita de laranja e café, e etc., foram diagnosticadas no assentamento e região como já desenvolvidas pelos moradores, em grande medida fora da área, como estratégia de reprodução social. É nesse cenário, que muitos jovens rurais buscam alternativas para a realização de seus projetos de vida dentro e/ou fora da agricultura.

No que se refere à distribuição por gênero, esta apresenta mínima diferença em quantidade de homens e mulheres. Cabe, de modo geral, considerar que o papel das mulheres no desenvolvimento do assentamento será fundamentalmente importante, considerado este equilíbrio populacional. O nível de participação de mulheres e jovens nas atividades de caráter coletivo é bom, e tem papel de destaque na construção da organização social do assentamento.

A participação dos assentados em grupos informais ou formais de produtores, associações e/ou cooperativas é ainda insipiente. Não há organizações formais dentro do P.A. Luiz Beltrame. O acesso a políticas públicas como o Programa de Aquisição de

Alimentos – PAA vem sendo intermediado por associação externa, de um assentamento vizinho. A organização já existente no P.A tem característica de representação sócia e política e configura-se em 5 grupos informais denominados núcleos de base (NB's), método de organização política adotada pelo MST³, muito comum em acampamentos e assentamentos. Para o caso específico dos NBs existentes no P.A Luiz Beltrame, estes são formados por 10 a 20 famílias que normalmente se reúnem de acordo sua localização e/ou distribuição geográfica, na área, e também por afinidade. Cada NB elege dois coordenadores (um homem e uma mulher).

Esta base organizacional vem ser consolidando desde a formação do assentamento e deve ser a base de processos formais de organização das famílias para promover o desenvolvimento da produção e o acesso ao mercado, ou seja, organizar também de forma colaborativa e cooperativa a vida econômica do grupo.

3.4. Análise Sucinta dos Sistemas Produtivos (IBS, 2016c)

É possível afirmar que a produção está em fase de estruturação. Há gargalos importantes em termos de acesso à tecnologia, com dificuldades de acesso a máquinas e equipamentos. Além disso, o escoamento da produção está submetido a uma série de entraves, que passam pela condição ruim das estradas, o que encarece a logística, além de formas tradicionais de comercialização são predominantes, estas notadamente dependentes de intermediários. Os principais aspectos a considerar, enquanto entraves ao pleno desenvolvimento dos sistemas de produção dialogam com dificuldades para planejar a produção, capacidade de investimento, logística de distribuição e armazenagem; agroindustrialização e comercialização.

Principais demandas identificadas:

No planejamento da produção, há que avançar na qualificação da gestão dentro dos lotes – Unidades de Produção – visando a utilização eficiente dos fatores de produção e a definição de estratégias produtivas que alavanquem a produção no assentamento;

A capacidade de investimento dos assentados ainda é baixa. Não acessaram as linhas de investimento do PRONAF. Além disso, a maior parte das famílias não dispõe de recursos próprios para investimentos, nem mesmo de garantias de capital para acessar o mercado financeiro, o que impõe limites à estruturação de sistemas produtivos que embora encontrem aptidão na área, carecem de estrutura física e outras somente alcançadas com recursos de terceiros.

A logística de distribuição e armazenagem, para além da dificuldade representada pelas estradas, como já citadas, os assentados não contam com estrutura de transporte que atenda à necessidade de transporte de mercadorias. Há projetos sendo propostos, mas com baixa envergadura frente à demanda já existente. No caso da armazenagem, como os produtos comercializados atualmente são de alta perecibilidade (legumes, tubérculos, verduras, etc), a falta de espaços de armazenagem da produção final não se apresenta como dificuldade no momento. Caberá definir, dentro das

³ Movimento Sem Terra.

estruturas existentes, um espaço de armazenagem de insumos. Além disso, sugere-se a estruturação de uma Packing house para a classificação, higienização, embalagem e carregamento da produção.

Agroindustrialização: agregar valor à produção será importante para ampliar as oportunidades econômicas das famílias assentadas. Além do processamento da produção, será fundamental a incorporação de atributos de diferenciação à produção local, caso de atributos de identidade (produção sustentável da margem da estação de Caetetus!) e estratégias de marketing inovadoras que fortaleçam a força de venda da produção.

Comercialização: neste caso, a situação atual é de oferta individualizada e em grande medida dependente de intermediários (atravessadores). A superação dos principais problemas relacionados à comercialização depende de um processo de organização e planejamento que resulte na comercialização associativa eficiente, com vistas a contribuir com o fortalecimento dos sistemas de produção como um todo.

Por fim, cabe ressaltar que já vem sendo desenvolvido um conjunto de atividades de capacitação e orientação técnica que deve ser ampliada nos próximos anos. O acompanhamento e assessoramento técnico se mostra fundamental para estruturar e aprimorar sistemas de produção. Os sistemas produtivos no assentamento são diversificados, mas a maior parte ainda funciona de forma rudimentar. Para os sistemas intensivos (em tecnologia e trabalho) há que facilitar o acesso à tecnologia e ao conhecimento da produção por parte dos agricultores. Em todos os casos, a orientação do plano foi pela priorização de sistemas sustentáveis, apoiados em processo de transição ou orgânico/agroecológica e que respeitem a condição ambiental peculiar da área.

4. DIAGNÓSTICO A PARTIR DO OLHAR DOS ASSENTADOS: APLICAÇÃO DO DRP

Essa noite tive um sonho
Eu o guardei na memória
Quando o dia amanheceu
O que era bom permaneceu
O que era ruim, joguei fora
(Luiz Belbrame de Castro)

A adoção de metodologias participativas na obtenção das informações que compõem o diagnóstico se mostrou um desafio importante, na medida em que motivou a equipe à reflexão compartilhada com os assentados, o que resultou em um processo de planejamento participativo. Este conjunto de mecanismos de coleta de informações nega sistematicamente uma perspectiva disciplinar da realidade, avançando no sentido de uma abordagem sistêmica da realidade do assentamento (PINHEIRO, 2000).

Uma das ferramentas de característica participativa utilizadas na realização do diagnóstico foi o que denominamos DRP – Diagnóstico Rural/Rápido Participativo. Se consistiu em uma atividade que variou de 4 a 6 horas, com cada um dos 5 grupos que formam o assentamento. Uma das ferramentas utilizadas nesta atividade foi a matriz

FOFA – Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (ou SWOT em sua versão original - Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)). O quadro abaixo sintetiza tudo o que os 5 grupos identificaram em cada um dos quadrantes da matriz.

No campo das limitações (FRAQUEZAS), conforme identificado pelos próprios assentados, há questões de ordem estrutural importantes: falta água, falta recursos, cercas nas áreas de produção pecuária, transporte, ausência de saneamento básico, as estradas são precárias. Trata-se de problemas comuns em uma situação de assentamento em fase de estruturação, na política atual de assentamentos, o que indica a necessidade de conclusão das ações de implantação da infraestrutura básica, caso da perfuração de poços, construção da rede de distribuição de água e abertura ou manutenção de estradas.

Há um conjunto de outras limitações que também são entraves ao desenvolvimento da comunidade: falta trator e implementos, o que indica uma deficiência em termos de acesso a tecnologias para a produção; desunião, individualismo, comunicação ruim e falta de uma associação ou cooperativa no P.A. são aspectos que mostram a necessidade de fortalecer a organização interna do assentamento.

Além disso, são tratados como fraquezas a dificuldade de comercialização, a capacitação dos assentados e dificuldade de contar com apoio político de agentes públicos. Este último pode ser interpretado como a dificuldade que a comunidade ainda enfrenta em se relacionar e estabelecer parcerias sólidas com atores políticos da região. A dificuldade de comercialização implica esforços em estruturar os negócios econômicos dentro do assentamento, o que pode ser capitaneado por uma cooperativa e a capacitação é objeto de preocupação das famílias que se veem ainda com dificuldade de responder aos desafios a eles impostos na estruturação do P.A.

No campo das Fortalezas (Potencialidades), em que a matriz ainda trata de questões internas da comunidade, destaca-se a própria conquista da terra, a produção que já ocorre, e a característica de produção sustentável que já ocorre, a localização do assentamento, a proximidade com a Estação de Caetetus, as estruturas pré-existentes na área, os recursos naturais, além de aspectos já interessantes da organização interna, como a organização em grupos, o companheirismo, a família e a força de vontade. São elementos que dão base para as famílias enfrentarem os desafios postos frente ao processo de desenvolvimento. Estes elementos são substrato para superar fraquezas e se defender de ameaças externas.

No quadrante das ameaças foram elencados a situação de degradação ambiental da região, os animais silvestres que atacam plantações, a zoonose que tem a ver com a presença do bicho barbeiro, por exemplo, mas que é uma ameaça de característica externa na medida em que depende da ação pública nesta esfera, as fazendas vizinhas que utilizam agrotóxicos, o mercado, a saída dos jovens e os aspectos climáticos. Trata-se de aspectos dos quais as famílias devem se defender, e as fortalezas antes identificadas tendem a ser úteis. Da mesma forma, a superação das fraquezas internas deve servir para melhor preparar o assentamento frente aos desafios externos a ele impostos, e mesmo dar condições para que as oportunidades sejam aproveitadas.

Quadro 1. Matriz F.O.F.A.

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
Conquista da terra	Comercialização/mercado regional
Organização em grupos	Proximidade com Bauru, Marília e Garça
Companheirismo entre os assentados	Estação ecológica
Relação Familiar	Produção de Bioenergia
Localização do assentamento	Acesso a Créditos
Proximidade com a Reserva ecológica	Projetos para beneficiar o P.A
Força de vontade	Feiras e venda direta
Estruturas existentes na fazenda	Agroindústria para agregar valor
Produtos sustentáveis já produzidos	Capacitações/cursos
Disponibilidade de recursos naturais	Assistência Técnica
Produção existente	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
Desunião/individualismo	Animais Silvestres
Dificuldade de comercialização	Mercado – exigências, etc
Falta d'água	Degradação Ambiental regional
Estradas precárias	Fazendas vizinhas – deriva de agrotóxicos
Falta de recursos para investimento	Agrotóxicos nas águas
Falta estrutura de Transporte	Aspectos Climáticos
Escoamento da produção	Zoonoses
Falta Trator/implementos	Saída dos jovens
Falta de Saneamento básico	Pragas
Cercas e outras estruturas precárias	
Baixa Capacitação	
Falta ou dificuldade de comunicação	
Não tem Cooperativa/associação no PA	

Fonte: Diagnóstico Rápido Participativo, 2015.

No mesmo sentido, enquanto aspectos externos ao assentamento e sobre os quais há pouco controle, está o quadrante Oportunidades da matriz FOFA. Aspectos como a comercialização e a proximidade com centros de consumo importantes na região, caso de Bauru e Marília, mereceram destaque. Trata-se de aspectos de ordem econômica fundamentais para a ampliação da renda dos assentados. O acesso ao mercado é pressuposto para a ampliação das oportunidades econômicas.

A Estação Ecológica também aparece como oportunidade. É assim entendida pois estimula a comunidade a encontrar soluções alternativas em termos de sistemas de produção e a proximidade tende a ser um elemento de identidade importante para o grupo. A própria identificação de origem dos produtos e uma estratégia de marketing para os produtos dos assentados pode se beneficiar com a condição de vizinhança à Estação. Além disso, há possibilidade de parcerias importantes com o órgão gestor da Estação, que tem interesse em mitigar possíveis impactos do adensamento populacional na sua borda.

Agroindústria, feira, acesso a projetos, dentre outras oportunidades são elencadas e devem merecer a atenção das famílias no futuro. O efetivo conhecimento das potencialidades e fraquezas tende a servir de base orientadora da tomada de decisão frente a ameaças e oportunidades, e como aparece de forma expressiva na preocupação dos próprios assentados, os aspectos da produção, do mercado e alternativas de comercialização diversas se mostram como oportunidades que se almeja aproveitar.

5. UM PLANO DE AÇÃO DIALÓGICO

Você sabe que tem muito tempo, né?

Tem o tempo da chuva

Tem o tempo de plantar

Tem o tempo de colher

Tem o tempo de passear...

(Luiz Beltrame de Castro)

A partir do diagnóstico, a equipe técnica ficou responsável tanto pela sistematização das informações, apresentação do texto e elaboração de uma proposta técnica a ser apresentada ao INCRA e às famílias assentadas. A primeira versão do plano foi entregue ao INCRA no início de abril de 2016. A apresentação da proposta técnica às famílias deve acontecer ainda no primeiro semestre de 2016, na forma de um plano de ação, com diretrizes, objetivos e um conjunto de propostas de programas de característica operacional a serem executados pelos assentados, o setor público e parceiros territoriais.

A partir do diagnóstico foi possível conhecer a realidade concreta das famílias assentadas e o contexto territorial em que o assentamento se localiza. Estas informações tem a capacidade de embasar o plano, que é uma peça de planejamento e como tal deve orientar a tomada de decisão, dado que faz aflorar as carências e demandas dos assentados, bem como as possibilidades postas à disposição do empreendimento.

Assim, o plano de ação foi dividido em três partes. A primeira reúne as diretrizes orientadoras de ações propostas para diferentes temas. A segunda parte é composta por programas e subprogramas que são propostas concretas de ação para promover o desenvolvimento do assentamento, servindo inclusive de parâmetro para a elaboração de projetos técnicos por parte das equipes técnicas com atuação na área. A terceira parte, por sua vez, é uma proposta de indicadores e ferramentas de acompanhamento e monitoramento da implementação do plano. A seguir apresentamos sucintamente os principais componentes do plano, focando nas diretrizes década parte, conforme divisão de componentes definida por normativa do INCRA (MDA/INCRA, 2008).

5.1. Objetivos e diretrizes do plano

A base teórica que orienta a perspectiva de desenvolvimento adotada para a elaboração deste plano, concebe o desenvolvimento a partir de uma visão multidimensional, portanto composta não somente pela dimensão do crescimento econômico/produutivo, mas composto pelas dimensões econômica, social e também da ambiental (SEN, 2010). Outro aspecto que mereceu atenção na elaboração deste plano foi a perspectiva territorial. Esta requer que se considere as relações da comunidade com diferentes atores sociais da região no desenvolvimento de ações, mas sobretudo requer o adensamento destas relações para que se superem entraves e gargalos presentes na comunidade. Para orientar, de modo geral, a elaboração das propostas técnicas e a implementação destas, foram estabelecidas as seguintes diretrizes para este plano:

- 1 - Fomento à organização das famílias visando o fortalecimento dos laços de vizinhança, a representação política, social e para a organização econômica;
- 2 - Respeito à questão ambiental;
- 3 - Esforço coletivo para a preservação, conservação e preservação da fauna e da flora;
- 4 - Ampliar o acesso às oportunidades econômicas e sociais;
- 5 - Recuperar estruturas físicas de uso comum;
- 6 - Ampliar a capacitação das pessoas;

- 7 - Formação de consciência sobre os direitos e oportunidades sociais;
- 8 - Acesso universal à educação, saúde, cultura, lazer, de forma igualitária, sem discriminação de nenhum tipo;
- 9 - Privilegiar sistemas de produção que respeitam o meio ambiente;
- 10 - Ampliar a autonomia e a qualidade de vida;
- 11 – Gestão autônoma do assentamento.

Desta forma, foi estabelecido como **Objetivo Geral do Plano:**

Servir de instrumento para orientar o processo de desenvolvimento sustentável das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Luiz Beltrame.

Objetivos específicos do Plano:

- 1 - Ampliar o conhecimento sobre o assentamento;
- 2 - Orientar a ação pública, o investimento público e a implementação de políticas na área;
- 3 - Orientar a definição de projetos e investimentos das famílias assentadas;
- 4 - Orientar a adoção de técnicas e sistemas de produção mais adequados à realidade local;
- 5 - Facilitar as relações do assentamento com diferentes atores do território;
- 6 - Aprimorar práticas de governança e gestão do assentamento;
- 7 - Oferecer propostas concretas para o desenvolvimento do assentamento.

5.2. Componentes do Plano, conforme MDA/INCRA (2008).

Organização Espacial

Estradas

A condição das estradas do assentamento é um dos principais desafios logísticos na atualidade. Afeta sobremaneira o transporte de mercadorias, mas sobretudo impõe dificuldades muito sérias ao deslocamento das famílias, estas que residem no assentamento mas necessitam se deslocar diuturnamente pelos mais diversos motivos. As propostas elaboradas, portanto, dependem fortemente da participação do setor público realizando obras e fazendo a manutenção das estradas.

Água

O acesso à água se apresenta, atualmente, como uma das principais carências das famílias assentadas. A dificuldade de acesso à água se dá para os seus diversos usos, domésticos ou para a produção. Esta dificuldade de acesso contraria a situação de boa disponibilidade deste recurso na área do assentamento. A solução também passa pelo investimento em infraestrutura. Há também uma demanda de ordem normativa, que autorize o uso deste recurso para a produção.

Condições de Moradia

As famílias assentadas no P.A ainda sofrem com condições precárias de habitação. A maior parte dos assentados vive ou em barracos improvisados, ou em casas que já existiam na área coletiva do assentamento e que carecem de manutenção, já que estavam, em grande medida, em situação de depreciação. O programa de habitação exige o planejamento específico, com a elaboração de uma proposta arquitetônica e de financiamento que não consta deste plano.

Infraestrutura prévia existente e áreas de uso comum

Um elemento que deve merecer atenção no P.A Luiz Beltrame é a destinação e definição sobre o uso de vasta infraestrutura presente na área antes de ser transformada em assentamento. Trata-se de casas, barracões, estruturas de suporte à produção, dentre outras. Para a destinação e uso adequado das áreas de uso coletivo, a proposta básica é

de elaboração de um regimento que tenha a anuência de toda a comunidade para disciplinar usos e destinar estruturas.

Serviços e Direitos Sociais Básicos

A própria conquista da terra já se apresenta como uma importante garantia de segurança social, é o substrato territorial de que agora dispõem as famílias assentadas para reproduzir suas vidas. Mas a luta pela terra não se encerra em si mesma. Deve ser complementada pelo acesso a um conjunto de direitos sociais que ascendam os assentados à condição de cidadãos.

Este plano se propõe a orientar caminhos para a universalização do acesso a públicas de cidadania, o acesso qualificado a serviços públicos básicos e de qualidade, bem como se propõe a promover o empoderamento das mulheres e jovens na garantia de seus direitos, aliado a uma condição de protagonismo das famílias enquanto “senhores” do próprio destino.

Na área da educação, uma das demandas identificadas na comunidade é pela construção, dentro do assentamento, de uma escola que ao menos atenda a educação infantil e a educação básica. Na saúde, busca-se a qualificação do acesso no assentamento, com a maior conexão e presença do poder público municipal dentro da comunidade. É fundamental que as famílias recebam atendimento de uma equipe multiprofissional da área de saúde com foco na prevenção, orientação acompanhamento em saúde da família, bem como procedam com encaminhamento correto de problemas mais sérios.

Sistemas Produtivos

Um dos pressupostos para o desenvolvimento sustentável é o da autonomia que os agricultores devem alcançar frente aos diferentes elos de agro cadeias de produção. As estratégias dos assentados, portanto, devem incorporar o avanço para processos de agroindustrialização e o controle sobre o processo de comercialização. Além disso, a priorização de sistemas de produção sustentáveis, caso dos orgânicos e de sistemas agroflorestais não devem ser negligenciados. As diretrizes orientadoras do plano para a área produtiva se apoiam nos seguintes sistemas e cadeias de produção:

Cooperativismo e associativismo

O programa produtivo do assentamento deve comportar uma proposta coerente e operacional para orientar a formação de organização ou organizações formais com o objetivo de organizar a vida econômica da comunidade, de maneira eficiente e atenta a preceitos avançados de gestão e conquista de oportunidades econômicas.

Agroindustrialização

São diretrizes de um subprograma de agroindustrialização:

- 1 – Investimento na estruturação de agroindústrias dentro do assentamento;
- 2 - Realização prévia, antes da captação de recursos ou realização de investimentos na área, de um Plano de Negócios que oriente aspectos como o tamanho do empreendimento, os produtos a serem produzidos, a capacidade de produção e a definição dos fornecedores, o mercado a ser atingido, o sistema de gestão e as necessidades de capital de giro e capital humano;
- 3 - Os produtos processados devem ter marca, embalagem adequada e estarem adequados à legislação sanitária;
- 4 - As estruturas agroindustriais precisam de licenças de órgãos de controle para operar.
- 5 – Estabelecer um regimento, no modelo de regimento, para disciplinar a utilização dos espaços físicos e mesmo estabelecer parâmetros de conduta para os colaboradores dentro de cada estrutura agroindustrial criada.

Subprogramas de desenvolvimento de cadeias produtivas

Com foco no desenvolvimento de cadeias produtivas, propõe-se um conjunto de subprogramas no formato de proposta técnica, que considera a aptidão da área e a característica das famílias, e que devem servir de base para a elaboração de projetos técnicos, inclusive orientando investimentos na área. Proposta de subprogramas produtivos:

- 1 – Grãos;
- 2 – Criação de gado – corte
- 3 – Criação de gado para a produção de leite;
- 4 – Horticultura;
- 5 – Mandioca;
- 6 – Sistema Agroflorestal;
- 7 – Silvicultura;
- 8 – Aquicultura;
- 9 – Pequenos animais (galinhas, suínos, etc).

Para todos os casos, considerou-se a adoção de práticas alternativas de manejo, sempre orientado à preservação da fauna e da flora, visando a sustentabilidade ambiental, social e econômica no desenvolvimento da produção. É base para a elaboração dos subprogramas:

- 1 – Priorização de sistemas menos danosos ao meio ambiente;
- 2 – Manejo de solos que evitem erosão e priorizem técnicas de reestruturação natural, com cobertura morta e utilização de insumos disponíveis no assentamento (agricultura de processo, menos “insumizada”);
- 3 – Encadeamento das atividades produtivas com orientação técnica regular;
- 4 – Adoção de técnicas produtivas dos sistemas orgânicos na conservação de solos e na redução de custos da produção;
- 5 – Planejamento operacional dentro da Unidade de Produção (Lote) para otimizar os recursos terra, capital e trabalho.

Subprograma de diversificação produtiva e produção orgânica/agroecológica

De característica transversal e integradora entre as diferentes práticas produtivas, este subprograma visa fomentar práticas de produção sustentáveis.

Subprograma de recuperação dos solos e práticas conservacionistas

O estudo realizado sobre a estrutura e qualidade dos solos do assentamento indicou fragilidades e necessidades que merecem atenção espacial, o que vai desde a correção do PH até a ampliação da disponibilidade de matéria orgânica e a adoção de práticas conservacionistas dos solos.

Subprograma de turismo e trabalhos alternativos – pluriatividade e trabalho não agrícola

No século XXI, com longa trajetória já percorrida no desenvolvimento nacional, superada uma longa fase de escravidão e outra de ligação umbilical do campesinato à terra, a realidade social nos espaços rurais brasileiros é de mobilidade e acesso a bens e serviços até pouco tempo quase que exclusivamente acessados no meio urbano. Esta nova realidade permite que reconheçamos a importância de uma condição de multifuncionalidade das famílias rurais e da importância para a geração de renda de atividade não agrícolas, que imprime a este público uma condição de pluriatividade.

O assentamento Luiz Beltrame já nasce fortemente permeado por esta realidade moderna. É muito comum que membros das famílias trabalhem fora do assentamento. A colheita da laranja, por exemplo, é uma atividade comum e que garante ocupação para muitos membros do assentamento. Assim, cabe construir propostas que orientem

processos de organização do trabalho e de fortalecimento das atividades não agrícolas no P.A.

Uma proposta específica de desenvolvimento do turismo deve ser melhor discutida. Esta atividade deve estar articulada com outras ações e exige a recuperação de estruturas, ou seja, pressupõe o investimento em reforma ou construção de equipamentos que possam servir à prestação deste serviço.

Meio Ambiente

Através da aplicação do DRP, apurou-se que de uma maneira geral as famílias assentadas entendem que a questão ambiental é um importante elo, capaz de proporcionar a continuidade do desenvolvimento produtivo.

A proximidade com a Estação Ecológica também aparece como um porto forte a ser explorado, seja através do turismo rural com viés ecológico, seja através da produção de artesanatos e produtos agrícolas com origem na produção sustentável de baixo impacto.

Este plano propõe o manejo sustentável e adequado dos agroecossistemas, por parte dos assentados, com o aproveitamento consciente e regulado dos recursos naturais disponíveis, bem como a recuperação das áreas degradadas, de modo a cumprir com as exigências estabelecidas na legislação ambiental.

É necessária a recomposição de ARL (Áreas de Reserva Legal) e APP (Área de Proteção Permanente), mas também os espaços de produção e lotes individuais devem encontrar soluções técnicas e organizacionais adequadas à problemática ambiental.

Desenvolvimento Organizacional

A proposta de desenvolvimento organizacional estabelecida a partir deste plano pressupõe o fortalecimento de instâncias já existentes no assentamento, ou seja, considera-se estruturas organizacionais já existentes para dar base à gestão do Plano. A principal instância de discussão e decisão atualmente existente no assentamento é a Coordenação Geral, composta por lideranças reconhecidas e escolhidas pelos próprios assentados, bem como uma divisão das famílias em 5 núcleos também com dinâmica regular de encontro e participação nos processos de decisão internos. Há que fortalecer o processo de organização das famílias, entendendo que este processo deve ser permanente.

Para a gestão do plano orienta-se partir da apropriação por parte das famílias das proposições que formam o plano. A partir disto, será possível aprofundar reflexões, modificar e ajustar metas e distribuir responsabilidades entre os interessados para a efetiva implementação deste importante instrumento de planejamento.

A ATER no Acompanhamento do Plano

É papel do serviço de ATER no processo de implantação do plano:

- 1 – Mediar o processo de apropriação e conhecimento dos assentados sobre o plano de desenvolvimento do assentamento;
- 2 – Mediar o processo de estruturação da organização interna que acompanhará e fomentará a implantação do plano;
- 3 - Orientar as famílias para a formação de parcerias que possam viabilizar a operacionalização dos programas propostos no Plano;
- 4 - Assessorar a comunidade no acesso a recursos financeiros para a concretização dos programas propostos;
- 5 - Fomentando o debate, no assentamento, sobre as políticas públicas disponíveis para agricultores familiares, bem como orientar caminhos para o acesso;
- 6 – Refletir, orientar e propor ações sobre educação e legislação ambiental;
- 7 – Fortalecer o protagonismo das mulheres e jovens;

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreendeu-se neste artigo um esforço na descrição do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Luiz Beltrame. O objetivo desta elaboração foi oferecer, mesmo que resumidamente, informações sobre a realidade socioeconômica de um assentamento rural em fase inicial de estruturação, seus desafios e dificuldades na construção do desenvolvimento. O plano é uma peça de planejamento que atende a uma demanda formal do INCRA, órgão responsável pela área. Neste sentido, muito do que ele orienta merece a participação ativa do órgão que tem função de gestor dos assentamentos.

O que foi possível verificar é que o próprio planejamento é ainda um desafio importante, dado que as carências de ordem infraestrutural impulsionam os atores à busca de soluções de curto prazo, que possam garantir a sua reprodução material imediata, dando menos importância a reflexões de ordem estratégica de longo prazo.

A peculiaridade do P.A Luiz Beltrame é que existe internamente uma organização importante e já consolidada que facilita processos de reflexão e mobilização. Esta condição permitiu boa participação nas atividades propostas para a elaboração do plano e garantem o olhar dos assentados na peça do planejamento. O próximo passo é a validação da proposta técnica pela comunidade. Esta validação incorrerá em alterações nos programas, ajustes nas diretrizes e propostas elaboradas pela equipe. A incorporação do resultado do amplo debate com as famílias no documento do planejamento resultará de um instrumento que realmente considera os anseios da comunidade.

Além disso, é importante considerar que o planejamento é, para além de um processo dinâmico de estudar a realidade e pensar o futuro, um texto escrito a lápis: deve estar aberto à periódica reavaliação e ajustes visando considerar mudanças de conjuntura e mudanças dos anseios dos interessados.

Conclui-se que a elaboração deste tipo de instrumento é de fundamental importância para assentamentos e se configura em um rico processo de reflexão e aprendizado coletivo sobre a própria realidade e sobre as possibilidades ambientais a disposição do assentamento. A mediação do técnico, na medida em que adota postura dialógica e abordagem sistêmica, também permite a troca de experiências cuja síntese favorece não somente ao público beneficiário, mas igualmente aos técnicos envolvidos. Estes, imersos na oportunidade de refletir sobre a realidade concreta das famílias, tem a oportunidade de propor soluções e de aprimorar práticas no âmbito da ATER.

Referências

IBS – Instituto Biosistêmico. Plano de Recuperação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra. Ribeirão Preto-SP: INCRA, 2014.

IBS – Instituto Biosistêmico. Relatório descritivo da atividade: encontro de avaliação do projeto Ater Mais Gestão. Espírito Santo do Pinhal-SP e Alfenas-MG: MDA - CHAMADA PÚBLICA SAF/ATER N°06/2012 – LOTE 07. Dia 29 e 30 de Abril de 2015.

IBS – Insituto Biosistemico. Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento Bela Vista do Chibarro. Araraquara-SP: INCRA, 2016 (a).

IBS – Insituto Biosistemico. Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento Sítio Casa Grande. Biritiba Mirim-SP: INCRA, 2016 (b).

IBS – Insituto Biosistemico. Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Luiz Beltrame. Gália-SP: INCRA, 2016 (c).

IBS – Insituto Biosistemico. Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Orllândia (Aparecida Segura). Orllândia-SP: INCRA, 2016 (d).

INCRA-SR08. Chamada pública para seleção de entidade (s) executora (s) de assistência técnica e extensão rural no estado de São Paulo. São Paulo: INCRA/SR08, Chamada Pública Nº 01/2011

MDA/INCRA. Manual Operacional de ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental. Brasília: Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº78, de 31 de outubro de 2008.

PINHEIRO, Sergio L. G. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: Uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Emater, Porto Alegre, v.1, n.2, abr./jun.2000, págs. 27-37”.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, Richard. **Juntos: Rituales, placeres y políticas de cooperación**. Traducción de Marco Aurelio Galmarini. Barcelona: EDITORIAL ANAGRAMA, 2012.